

Retomada, argumento

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

A retomada do processo de crescimento da economia brasileira, com a reativação de alguns setores, como o elétrico e o siderúrgico, será uma das preocupações do ministro do Planejamento, Delfim Netto, nos entendimentos que manterá com o Banco Mundial, a partir do próximo dia 30, em Washington, com vistas à definição do programa de financiamento da instituição ao Brasil, cobrindo o ano fiscal de 1985.

Com o propósito de definir, no maior nível de detalhe possível, o volume de recursos para aplicação nos setores básicos da economia, o ministro do Planejamento levará em sua comitiva o secretário da Sest — Secretaria Especial de Controle das Empresas Estatais — Nelson Mortada, que fará uma exposição sobre a execução do orçamento das empresas do governo e as expectativas para 1985, em função da necessidade de implementar os projetos em execução, para garantir o mais rápido retorno possível das aplicações.

De acordo com o chefe da assessoria internacional do Ministério do Planejamento, embaixador José Boatafogo Gonçalves, que também integrará a comitiva de Delfim, já em março passado, quando esteve nos Estados Unidos, o ministro discutiu com o board do Banco Mundial a necessidade de uma participação mais efetiva da instituição no financiamento de projetos que assegurem a retomada do processo de crescimento da economia do País, com um mínimo de dependência de crédito financeiro tomado diretamente no sistema bancário privado internacional.

Segundo a Sest, considerando-se uma amostra dos 30 principais empreendimentos em execução pelas empresas do governo, verifica-se que os mesmos estão sob a responsabilidade de apenas 20 delas e respondem por cerca de 80% do investimento global realizado pelo universo das estatais.

Até o final do ano passado, foram desembolsados Cr\$ 21.850,5 bilhões a preços de 1983, valor que, comparado ao custo total estimado desses projetos, indica um percentual global médio de 56% de realização financeira dos referidos investi-

mentos. Esse percentual, ainda de acordo com a Sest, permite caracterizar que, embora não haja sido iniciado nenhum grande projeto de investimento público nos últimos anos — salvo Carajás —, as estatais, na média, ainda precisam de recursos relativamente elevados para concluir seus atuais empreendimentos e, em consequência, produzir os correspondentes bens e serviços.

O propósito do governo, portanto, é buscar, junto ao Banco Mundial, as fontes de financiamento para a conclusão desses projetos, evitando, ao máximo, comprometimentos com empréstimos financeiros levantados diretamente junto aos bancos. Para a Seplan, o ideal seria que esses bancos participassem dos créditos em forma de cofinanciamento com o Banco Mundial, uma alternativa que será tentada.

Há, contudo, dificuldades a serem superadas, e a principal delas diz respeito à impossibilidade de o Brasil entrar com a contra-partida de recursos próprios, em geral correspondente à metade do valor do financiamento integral, pois a outra metade é coberta pelo Banco Mundial. Compatibilizar essas contrapartidas em projetos de financiamento importantes, como nas áreas de exportação, indústria e agricultura, é um dos objetivos das discussões que o ministro do Planejamento manterá em Washington, e que alcançarão, além do Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Delfim, contudo, está confiante de que o caminho da recuperação da economia em termos estáveis, já a partir do próximo ano, passa por uma participação substancial de recursos supridos pelo Banco Mundial, destinado principalmente a setores que tradicionalmente são estimulados pelo banco, como o elétrico e o siderúrgico.

O programa de investimentos no setor elétrico recentemente elaborado pela Eletrobrás, e que será debatido com os técnicos do Banco Mundial, prevê investimentos globais de Cr\$ 36,4 trilhões até 1988, capazes de atender a uma demanda que está crescendo, em média, 8% ao ano, apesar da recessão. Trata-se de um novo plano quinquenal do setor, que representa uma revisão parcial do Plano 2000, elaborado em 1982 pelo Ministério das Minas e Energia.

junto ao Bird

ESTADO DE SÃO PAULO

SEXTA-FEIRA — 20 DE JULHO DE 1984